

20 ANOS DE LEI 10.639/03/2003: ensino de História da África, da História das Culturas Afro-brasileiras e Pensamento Decolonial.

20 YEARS OF LAW 10.639/03/2003: Teaching the History of Africa, the History of Afro-Brazilian Cultures, and Decolonial Thought.

Ivete Batista da Silva Almeida^()*

Resumo

A Lei 10.639/03/2003 que institui a inclusão dos conteúdos voltados para o ensino da História das sociedades do continente africano, as culturas afro-brasileiras e a luta dos afrodescendentes pela igualdade de direitos, completou no ano de 2023, vinte anos, todavia, sua implementação nos currículos de escolas de educação básica e também, nas Licenciaturas, ainda é precária. Neste artigo, temos por objetivo propor uma reflexão sobre o lugar dos conteúdos propostos pela Lei 10.639/03/2003, no contexto do Ensino de História, sob a luz das questões apontadas pela perspectiva decolonial, a partir do questionamento sobre qual História da África desejamos ensinar, por quê, para quem, e para quê.

Palavras-chave: Lei 10.639/2003. História da África. Ensino de História. Pensamento Decolonial.

Abstract

Law 10.639/03/2003, which establishes the inclusion of content aimed at teaching the history of the peoples and societies of the African continent, Afro-Brazilian cultures, and the struggle of Afro-descendants for equal rights, turned twenty years old in 2023. However, its implementation in the curricula of basic education schools and undergraduate courses remains precarious. The aim of this article is to propose a reflection on the place of the content proposed by Law 10.639/03/2003 in the context of History Teaching, in light of the issues raised by the decolonial perspective. This reflection is based on the question of which history of Africa we wish to teach, why, to whom, and for what purpose.

Keywords: Law 10.639/2003. History of Africa. History Teaching. Decolonial Thought.

1 INTRODUÇÃO

Na obra História Geral da África em seu volume I, publicado pela primeira vez no ano de 1982, Joseph Ki-Zerbo inicia seu texto com a frase: “A África tem História” (Ki-Zerbo, 1982). Essa afirmação foi importante naquela época e permanece necessária ainda hoje. No ano de 2023, a Lei 10.639/03 completou vinte anos e durante esses vinte anos ainda estamos vivenciando os embates para que seja implementado de fato o

^(*)Doutora e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. Atualmente é docente efetiva nos cursos de graduação e pós-graduação do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

estudo da História da África e da História das culturas africanas nos currículos escolares.

Para este artigo, decidimos propor uma reflexão sobre o lugar dos conteúdos propostos pela Lei 10.639/03/2003, no contexto do Ensino de História, sob a luz das questões apontadas pela perspectiva decolonial.

Embora a Lei 10.639/03/2003 decida pela inclusão dos conteúdos voltados para o ensino da História dos povos e sociedades do continente africano, as culturas afro-brasileiras e a luta dos afrodescendentes pela igualdade de direitos, trabalhar temas tão extensos não é algo que se possa fazer em pouco tempo. Afinal, trata-se de um continente com centenas de povos, milhares de línguas e milênios de história. Isso nos coloca diante de algumas questões e de alguns fatores determinantes que pretendemos discutir nestas páginas.

2 ENSINAR HISTÓRIA DA ÁFRICA, POR QUÊ?

Embora a promulgação da Lei 10.639/03/2003 tenha representado um avanço na busca por uma educação mais inclusiva e representativa, especialmente em relação à história e cultura afro-brasileira, muito ainda há por ser feito no caminho de uma efetiva implementação dos trabalhos com tais conteúdos. Tendo tornado obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, abordando temas que eram previamente excluídos dos estudos e impactando significativamente o cenário educacional brasileiro, a lei 10.639/03/2003, ampliada posteriormente pela Lei 11.645/2008, coloca diante de nossos olhos a inegável realidade de que até então, ensinávamos uma História Geral e do Brasil na qual brasileiros/as negros/as, e indígenas não eram protagonistas de suas próprias histórias, mas apenas coadjuvantes.

Antes da implementação da 10.639/03, a história do continente africano e a efetiva presença dos afrodescendentes na formação do Brasil eram frequentemente negligenciadas. Temas como as resistências negras ao regime escravista, a mobilização negra pela abolição, a criação da imprensa negra brasileira, a importância das religiões de matriz africana, a arte e a cultura negra, e a influência afro-brasileira para a produção acadêmica, cultural, política e econômica no Brasil eram completamente apagadas, criando uma narrativa de história étnica única em um país pluriétnico.

Demonstrar o protagonismo do povo negro brasileiro, assim como dos povos originários é, acima de tudo, um ato de respeito e de cuidado para com a construção da

identidade afro-brasileira, permitindo que as crianças e jovens negros/as se reconheçam nas narrativas históricas e culturais do Brasil. Isso fortalece a autoestima e o senso de pertencimento, desafiando estereótipos prejudiciais ainda presentes na educação brasileira.

Além disso, a Lei 10.639/03/03 vem de encontro às críticas que a intelectualidade latino-americana vem tecendo contra a presença das estruturas da colonialidade no pensamento acadêmico. Autores como Aníbal Quijano, Walter Mignolo e Boaventura de Sousa Santos nos ofereceram, nos últimos anos, perspectivas críticas sobre a colonialidade e como suas estruturas mantêm as relações de poder. Em *Colonialidade do Poder*, Aníbal Quijano (2005) analisava as estruturas de poder emergentes durante a colonização, enquanto Walter Mignolo, em *Histórias Locais/Projetos Globais* (2003) destacava a necessidade de descentralizar o conhecimento eurocêntrico. Já Boaventura Sousa Santos, em *Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências*, (2002) ao explorar as lacunas nas narrativas sociológicas tradicionais, observava a importância de construirmos uma narrativa de memória social que seja inclusiva, contemplando os saberes dos grupos que foram excluídos ou subalternizados pelo colonizador.

Podemos ver em alguns pontos do pensamento desses autores, princípios que vão de encontro à proposta da Lei 10.639/03, sobretudo no que tange à de inclusão de sujeitos históricos anteriormente subalternizados, apresentados agora, como protagonistas da narrativa histórica.

Começando por Quijano (2005), destacamos sua discussão sobre o conceito de "colonialidade do poder", ampliando a compreensão do colonialismo para além de suas manifestações geopolíticas. Para o autor, essa abordagem seria essencial para entender não apenas as relações geopolíticas, mas também as estruturas de identidade e subjetividade nas sociedades pós-coloniais.

Em um excerto de *Colonialidade do Poder*, Quijano (2005) destaca a importância da reflexão sobre a colonialidade como um sistema global:

O confronto entre a experiência histórica e a perspectiva eurocêntrica de conhecimento permite apontar alguns dos elementos mais importantes do eurocentrismo: a) uma articulação peculiar entre um dualismo (pré-capital-capital, não europeu-europeu, primitivo-civilizado, tradicional-moderno, etc.) e um evolucionismo linear, unidirecional, de algum estado de natureza à sociedade moderna européia; b) a naturalização das diferenças culturais entre grupos humanos por meio de sua codificação com a idéia de raça; e c) a distorcida relocalização temporal de todas essas diferenças, de modo que tudo aquilo que é

não-europeu é percebido como passado. Todas estas operações intelectuais são claramente interdependentes. E não teriam podido ser cultivadas e desenvolvidas sem a colonialidade do poder.

Sobre o pensamento de Walter Mignolo, em sua obra *Histórias Locais/Projetos Globais* (2003), destacamos sua crítica que desafia a hegemonia do conhecimento eurocêntrico e propõe alternativas que reconhecem as pluralidades epistêmicas existentes. Mignolo destaca a necessidade de descentralizar o conhecimento, valorizando as epistemologias locais e indígenas historicamente marginalizadas. Sobre esse tema, também a escritora Grada Kilomba se manifestou, em entrevista cedida durante a Terceira Mostra Internacional de Teatro em São Paulo, em 2016, onde aponta que:

Descolonizar o conhecimento significa criar novas configurações de conhecimento e de poder. Então, se minhas palavras parecem preocupadas demais em narrar posições e subjetividade como parte do discurso, vale a pena lembrar que a teoria não é universal nem neutra, mas sempre localizada em algum lugar e sempre escrita por alguém, e que este alguém tem uma história” (MITsp, 2016)

No mesmo contexto, a importância de questionar as bases epistemológicas do pensamento dominante torna-se uma das missões do pensamento decolonial e, quanto a essa missão, Walter Mignolo afirma que as teorias pós-coloniais estão construindo um novo conceito de razão como resposta à superioridade da racionalidade moderna. Essa reação do Terceiro Mundo, que ele denomina de a razão subalterna,

é aquilo que surge como resposta à necessidade de repensar e reconceitualizar as histórias narradas e a conceitualização apresentada para dividir o mundo entre regiões e povos cristão e pagãos, civilizados e bárbaros, modernos e pré-modernos e desenvolvidos e subdesenvolvidos, todos eles projetos globais mapeando a diferença colonial. (2003, p.143)

Seguindo essa reflexão sobre a construção de narrativas, em um trecho significativo, que demonstra o total alinhamento entre o pensamento decolonial de Boaventura Sousa Santos e a proposta inclusiva e inovadora da Lei 10.639/03, o autor ressalta a necessidade de repensar a produção de conhecimento, afirmando que:

há uma reiterada tensão e crise entre a regulação e a emancipação social e entre a experiência e as expectativas na sociedade moderna ocidental. No plano social, há uma regressão, que se agrava, sobretudo, nas últimas décadas, com perdas de direitos e de possibilidades futuras e, no plano epistemológico, a crise do pensamento hegemônico das ciências sociais, centradas em uma razão

eurocêntrica e indolente, incapazes de produzir novas idéias. Vale dizer: incapazes de renovar e reinventar a teoria e a emancipação social. (Santos, 2007, p.8.)

Assim, ao destacar a colonialidade do poder e a urgência em descolonizarmos o conhecimento, fomentando uma ecologia de saberes, o pensamento decolonial vai totalmente de encontro àquilo que a Lei 10.639/03 traz como proposta, pois, partindo de uma reflexão profunda sobre a construção social das identidades dos povos que sofreram com o colonialismo, abre caminho para abordagens mais justas e equitativas nos estudos sociais, culturais e históricos sinalizando a importância vital de diversificar e descentralizar o conhecimento para construir sociedades mais inclusivas e respeitadas da pluralidade humana.

3 HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, PARA QUÊ?

Se o fortalecimento das identidades e a construção de uma história e memória inclusiva são os motivos pelos quais os conteúdos de História da África, Cultura Afro-brasileira e Resistência negra, se fazem relevantes, a luta contra o racismo estrutural, seria a principal mazela do colonialismo a ser com a ajuda desses mesmos conteúdos.

Primeiramente, antes de dar segmento a esta reflexão, faz-se necessário ressaltar-se que a obrigatoriedade do ensino de História da África, Cultura Afro-brasileira e Resistência negra, por si só não implica uma educação verdadeiramente antirracista.

Sabemos que um educador que tenha uma perspectiva de mundo e de sociedade permeada pelo racismo e pelo colonialismo poderia muito bem escolher recortes e discursos sobre a África, os africanos e os afrodescendentes que os apresentassem não como protagonistas, mas como coadjuvantes de suas próprias histórias, a partir de um viés colonialista, eurocêntrico, eugenista e racista.

Para que a educação possa vencer o racismo, é necessário que estejamos comprometidas com essa causa.

A luta antirracista é um movimento social que visa confrontar e eliminar as estruturas discriminatórias baseadas em raça. Este combate é essencial para construir uma sociedade mais justa e igualitária, com raízes históricas profundas e alimentado por ativistas que clamam por mudanças estruturais.

Angela Yvonne Davis, intelectual, ativista e professora emérita de estudos feministas na Universidade da Califórnia, figura central na luta antirracista, desde suas obras dos anos de 1980, como *Mulheres, Raça e Classe*, com primeira edição em 1981,

até suas obras escritas mais recentemente, como *A Liberdade É Uma Luta Constante* de 2015, destaca a importância da luta antirracista travada pelo feminismo negro, para que se possa reparar os danos causados pelo racismo às vidas das mulheres e dos homens pretos.

Ao abordar a luta antirracista, Angela Davis destaca a necessidade de um comprometimento contínuo, pois na jornada rumo a uma sociedade de igualdade e justiça, é essencial reconhecer que o racismo não é apenas um problema do passado, mas uma força viva e presente em nossa sociedade. Devemos estar constantemente vigilantes e ativos na luta contra essa estrutura opressiva. A resistência ao racismo não é apenas uma opção, mas uma responsabilidade moral e política, na qual historicamente as mulheres negras vêm se mobilizando na defesa de ações antirracistas, para que possamos construir um mundo mais justo e inclusivo para as gerações futuras, nas palavras de Davis (2017)

Em comparação com suas colegas brancas, as mulheres afro-americanas que instruíram esse movimento associativo nacional (o movimento feminista negro), articularam princípios de natureza mais evidentemente política. Elas definiram como função primordial de suas agremiações a defesa ideológica e militante das mulheres negras – e dos homens negros – contra os danos causados pelo racismo. (2017, p.15)

Davis ressalta que é imperativo dismantelar as estruturas que perpetuam a supremacia branca, exigindo uma análise crítica das políticas, instituições e práticas que sustentam as desigualdades raciais.

A ativista enfatiza a importância de uma abordagem interseccional na luta antirracista, reconhecendo que as experiências de discriminação são moldadas por uma interação complexa de identidades, incluindo raça, gênero, classe e orientação sexual. Sua visão abrangente destaca a necessidade de um movimento que combata não apenas o racismo explícito, mas também suas manifestações mais sutis e sistêmicas.

Em *A Liberdade É Uma Luta Constante*, Davis argumenta que a busca pela igualdade não é apenas uma batalha racial, mas uma luta pela libertação de todas as formas de opressão. Sua visão holística da justiça social reflete a interconexão de todas as lutas por direitos humanos, desde o combate ao racismo até a busca por igualdade de gênero e justiça econômica.

No contexto brasileiro, autoras como Djamila Ribeiro e Conceição Evaristo também desempenham papéis significativos na discussão sobre luta antirracista.

Djamila Ribeiro, filósofa e escritora, destaca em suas obras, como *Quem Tem Medo do Feminismo Negro?* (2018), a importância de reconhecer e enfrentar as diversas formas de discriminação racial e de gênero. Já Conceição Evaristo, renomada escritora e ativista, por meio de obras como *Olhos D'Água* (2014), lança luz sobre as experiências da mulher negra no Brasil, contribuindo para a compreensão das interseções entre raça, classe e gênero no contexto brasileiro.

Embora a presença e a difusão do pensamento de filósofas e literatas pretas demonstre o fortalecimento e a valorização do pensamento antirracista no Brasil, como afirma Angela Davis, a luta antirracista vai além da oposição ao racismo, sendo uma busca constante por transformações profundas na estrutura social.

4 TRABALHAR O QUÊ, SOBRE HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA?

Um dos grandes desafios na implementação da Lei 10.639/03, como dissemos anteriormente, é a escolha do recorte temático ao tratar-se sobre a História da África.

O primeiro autor a problematizar essa questão, foi Joseph Ki-Zerbo, historiador da região do Alto Volta que, na década de 1970 tornou -se o primeiro acadêmico africano a ser lido no Ocidente, sendo seu História da África Negra, prefaciado por Fernand Braudel. Nessa obra, Ki-Zerbo apontava quatro principais erros perpetrados por filósofos europeus ao pensarem e escreverem sobre a África.

O primeiro deles seriam os estereótipos primitivos. Ki-Zerbo criticava de maneira contundente as representações da África feitas por filósofos e intelectuais europeus ao longo da história e abordagem eurocêntrica que muitas vezes perpetuou distorções e estereótipos em relação ao continente africano. O autor argumentava que muitos filósofos europeus, especialmente durante os períodos colonial e pós-colonial, retrataram a África de maneira simplista e primitiva. Essas representações frequentemente ignoravam a complexidade das sociedades africanas, suas instituições sociais avançadas e suas realizações culturais.

O segundo erro, seria a *desconsideração das culturas locais*, problema ligado à tendência de filósofos europeus de desconsiderar as culturas africanas em favor de uma visão eurocêntrica dominante. Isso inclui a minimização ou ignorância das tradições, conhecimentos e sistemas de crenças africanos que não se alinhavam com as perspectivas eurocêntricas.

Ki-Zerbo criticava também a *visão colonizadora* presente no pensamento de filósofos europeus que enquadrava a África de acordo com uma perspectiva colonialista, legitimando a exploração e a subjugação dos povos africanos. Essa visão contribuiu para a justificação ideológica do colonialismo e para a perpetuação de relações desiguais entre o continente africano e o mundo ocidental.

O quarto erro apontado por Ki-Zerbo, seria a *falta de contexto histórico*. Ki-Zerbo critica a falta de contexto histórico e apropriação seletiva de informações sobre a África. Muitos escritos eurocêntricos sobre a África tendiam a ignorar a história rica e complexa do continente, contribuindo para uma representação distorcida e simplificada.

Em suas críticas, Joseph Ki-Zerbo buscava desafiar essas representações eurocêntricas, enfatizando a necessidade de abordar a história e a cultura africanas de maneira mais holística e contextualizada, reconhecendo a diversidade e a complexidade das sociedades africanas ao longo do tempo.

Outro intelectual africano seminal nessa discussão sobre como pensar sobre África a partir de uma perspectiva não-colonialista é V.Y. Mudimbe. Em *A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*, o autor apresenta a ideia de que a África como unidade sociocultural seria uma invenção, elaborado pelo pensamento eurocêntrico há centenas de anos. Dessa forma, se pensarmos a partir de uma perspectiva decolonial, o próprio recorte de África como unidade já se constitui em uma proposta permeada pelo olhar da colonialidade.

A teoria de V.Y. Mudimbe, apresentada em *A invenção de África*, publicada pela primeira vez em 1988, questiona as representações convencionais e eurocêntricas do continente africano. O autor argumenta que a construção do conhecimento sobre a África não seria um processo neutro, mas um ato de poder que reflete as relações de dominação entre o Ocidente e o continente africano. A África foi, segundo Mudimbe, "inventada" devido às narrativas moldadas por ideias preconcebidas, estereótipos e perspectivas coloniais, influenciando tanto a visão externa quanto a autoimagem dos africanos.

Mudimbe destaca ainda a importância da linguagem e da escrita na criação dessas representações, examinando como discursos acadêmicos, científicos e religiosos contribuíram para a construção de uma imagem homogeneizada da África. Ele ressalta a tendência de enquadrar a África como o "outro", reforçando as hierarquias de poder estabelecidas durante a era colonial. Dessa forma, o autor critica as representações existentes, buscando uma abordagem mais pluralista e contextualizada, expondo a

necessidade de reconhecer as diversas culturas, línguas e histórias dentro do continente, evitando generalizações simplistas.

A teoria de Mudimbe destaca a importância de descolonizar o conhecimento e reexaminar as narrativas sobre a África, promovendo espaço para vozes africanas e perspectivas autênticas. Essa abordagem convida à reflexão sobre como a história e a representação cultural moldam nossa compreensão do mundo e influenciam as relações de poder globais.

Uma opção de recorte temático seria o pensar sobre as relações e contatos culturais entre Brasil e África, não necessariamente apenas no momento da formação da cultura na sociedade colonial, mas também durante os nossos dias, durante os séculos 20 e 21.

5 AS HISTÓRIAS DAS CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS.

Da mesma forma que vários são os recortes possíveis para a construção de um conteúdo sobre História da África, pois várias são as culturas, povos e histórias das diversas sociedades do continente africano, várias também são as possibilidades de conteúdos sobre as Histórias das Culturas Afro-brasileira. Levantamos aqui a possibilidade de, para além das preciosas manifestações culturais brasileiras de matriz africana, como a capoeira, o samba e as religiosidades de matrizes africanas, no atendimento às demandas da implantação da Lei 10.639/03, no que tange às discussões sobre culturas afro-brasileiras, cabe também a discussão sobre os contatos culturais entre África e Brasil durante o século 20 e as mútuas influências provocadas por esses contatos.

Ao longo do século XX, os contatos culturais entre o Brasil e a África foram marcados por um rico intercâmbio de expressões artísticas, promovendo uma fusão de culturas e influenciando significativamente o cenário cultural de ambos os lados do Atlântico.

Na década de 1920, o movimento artístico conhecido como Modernismo florescia no Brasil, introduzindo uma abordagem mais livre e experimental nas artes. Nesse contexto, a pintora Tarsila do Amaral, em sua obra de 1928, *Abaporu*, buscou elementos da africanidade para representar “o novo” em termos de cores e formas, buscando distanciar-se do cânone acadêmico. Todavia, embora no campo da estética, Tarsila buscasse o novo, no campo das representações sociais Tarsila manteve a reprodução dos

estereótipos colonialistas, ao apresentar o corpo da mulher negra com lábios distorcidos, cabeça pequena e pés e mão desproporcionalmente grandes.

A década de 1960 testemunhou uma efervescência cultural e política tanto no Brasil quanto em diversos países africanos que conquistavam a independência. O movimento musical da Tropicália, liderado por figuras como Caetano Veloso e Gilberto Gil, incorporou influências africanas em suas composições, criando uma sonoridade única que transcendeu fronteiras culturais. O álbum *Tropicália ou Panis et Circencis* (1968) é um exemplo emblemático dessa fusão de elementos musicais brasileiros e africanos.

No cenário literário, o escritor moçambicano Mia Couto emergiu como uma voz distinta, trazendo narrativas que exploram as complexidades culturais e históricas de Moçambique. Suas obras, como *Terra Sonâmbula* (1992), dialogam com temas que ressoam nas experiências compartilhadas entre Brasil e África, como a miséria e a violência contra as pessoas pobres dos sertões, refletindo sobre as consequências do colonialismo e os desafios da construção identitária.

A contemporaneidade também testemunha uma colaboração cultural intensificada entre Brasil e África, na figura dos projetos transcontinentais do músico baiano Carlinhos Brown, que possui trabalhos gravados em parceria com músicos africanos, como a cantora Mayra Andrade de Cabo Verde, busca promover a integração de artistas africanos e brasileiros, proporcionando uma plataforma para a expressão conjunta de suas heranças culturais.

Esses exemplos representam apenas uma fração dos inúmeros contatos culturais entre Brasil e África ao longo do século XX. As influências mútuas nas artes visuais, música e literatura demonstram não apenas uma troca de expressões artísticas, mas também uma exploração profunda das conexões históricas e culturais que unem essas duas regiões. O século XX foi, assim, palco de uma rica sinergia cultural, moldando e enriquecendo as identidades artísticas e sociais tanto do Brasil quanto da África.

6 HISTÓRIA DA ÁFRICA PARA QUEM?

Um ponto fundamental que não pode ser esquecido é a possibilidade de, a partir do trabalho com os conteúdos propostos pela Lei 10.639/03, potencializarmos o processo de formação do sentimento de pertencimento e a consolidação das identidades e da

autoestima das alunas e alunos negras e negros, que por meio do estudo escolar poderão aprender que seus antepassados têm uma história.

Além do conteúdo formal da educação básica, outros espaços vêm cumprindo esse papel de fornecer conteúdo histórico e crítico sobre a história e a cultura afro-brasileira. Um desses produtores de conteúdo mais conhecidos nas mídias digitais é o Portal Geledés.

O Portal Geledés, fundado em 2003 pela filósofa Sueli Carneiro, destaca-se como um referencial crítico de grande qualidade, iluminando as intrincadas questões de equidade de gênero, raça e diversidade. A iniciativa, oriunda do Geledés Instituto da Mulher Negra, não apenas enfrentou desafios iniciais, mas também emergiu como uma força vital na promoção da igualdade e na desconstrução de estereótipos prejudiciais ao longo dos anos.

O termo "Geledés", originário do iorubá, significa "a mulher que entrou para a sociedade secreta", reflete a coragem intrínseca à proposta desde o início. Nos primeiros anos, o portal enfrentou desafios financeiros e técnicos, típicos de muitas organizações nascentes na era digital. No entanto, a tenacidade da equipe prevaleceu, construindo uma plataforma que se tornaria referência na interseção de gênero e raça.

À medida que o Geledés evoluiu, sua presença expandiu-se e sua influência cresceu. A seção de notícias tornou-se uma fonte crucial para as questões de discriminação racial e de gênero, enquanto a plataforma editorial floresceu, publicando artigos, ensaios e entrevistas que proporcionam uma visão única e informada das experiências das mulheres negras.

Iniciativas educacionais do Geledés, incluindo eventos, workshops e palestras, solidificaram seu papel na conscientização e capacitação de indivíduos e comunidades. Essa abordagem abrangente destaca o compromisso contínuo da organização com a mudança social efetiva, mantendo uma presença significativa, mas se tornou vital para amplificar vozes e causas. Campanhas online, hashtags e debates estimulantes criaram uma comunidade virtual que transcende fronteiras, conectando pessoas e formando uma rede de apoio dinâmica.

Desde sua fundação em 2003, a plataforma enfrentou desafios políticos e sociais, mantendo-se fiel à sua missão de promover a igualdade de gênero e combater a discriminação racial.

Ao longo das duas décadas, o Geledés não apenas se adaptou ao cenário em constante mudança, mas também se destacou como um farol de esperança e informação.

A história do Portal Geledés, agora com duas décadas de existência em 2023, é uma celebração da resiliência da comunidade negra e da importância de espaços dedicados a dar voz àqueles que há muito foram marginalizados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao selecionarmos os problemas que envolvem os conteúdos ligados à História da África, História da Cultura afro-brasileira e resistência negra, pretendemos destacar a importância das professoras e professores como aqueles que irão realizar a escolha de temas e conteúdos, possibilitando a ruptura com as perspectivas colonialistas e folclorizadas. Mas, será que a experiência de conhecer a história dos povos do continente africano, suas ciências, trajetórias sociopolíticas e artes, por si só impedirá que nossos jovens se tornem pessoas racistas?

Talvez.

Apesar de sua importância no combate ao racismo, o ensino não é capaz de, sozinho, resolver todo o problema.

O racismo, diferentemente do preconceito, é muito mais do que uma atitude. O racismo constitui-se num processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é ressignificada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento. O racismo repousa sobre uma crença alimentada pelo colonialismo, que sustentava a distinção natural entre os grupos humanos, hierarquizando-os a partir de sua semelhança, aproximação ou distanciamento em relação aos padrões europeus. Tomando a si mesmos como padrão, e como o norte do discurso sobre a história dos povos, os europeus promoveram o apagamentos dos diversos povos, suas memórias, seus costumes e suas histórias.

Todavia, por meio de uma educação decolonizadora e antirracista, seria possível que pessoas que desconhecem o verdadeiro valor da equidade social e a genialidade das culturas africanas e afro diaspóricas, se tornem defensoras dessas culturas? Sim! Como educadora, eu realmente acredito que sim.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para

incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 02 fev. 2024.

COUTO, Mia. **Terra sonâmbula** São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani (1 Ed.). São Paulo: Boitempo, 2016, 248 p

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água** – 1. ed. – Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2014. 116 p

GIL, Gilberto; VELOSO, Caetano. Panis et Circencis. In: LEE, Rita. Tropicália ou Panis et Circencis. Rio de Janeiro: Philips Records, 1968. 1 disco sonoro. Lado A, faixa 3. Disponível em: < <https://www.letras.mus.br/mutantes/47544/> >. Acesso em: 5 ago. 2021.

KI-ZERBO, J. **História Geral da África vol I. Metodologia pré-história**. São Paulo: Ática, Paris: UNESCO, 1982.

KI-ZERO, J História da África negra. Viseu: ed. Europa América. 1a. Ed., 1972. (2 vols.). Leopoldo, RS, Brasil: Editora UNISINOS, 2002.

MIGNOLO, Walter. Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOSTRA INTERNACIONAL DE TEATRO DE SÃO PAULO – MITsp. “Em Palestra-Performance, Grada Kilomba desfaz a ideia de conhecimento “Universal”, MITsp, 2016. Disponível em < <https://mitsp.org/2016/em-palestra-performance-grada-kilomba-desfaz-a-ideia-de-conhecimento-universal/> > Acesso em 10 fev 2024.

MUDIMBE, Valentin Yves. A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013. ISBN: 9789898655011

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas En: Buenos Aires Lugar CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor 2005. Disponível em https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf Acesso em 10 fev 2024.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura Sousa. "Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências," *Revista Crítica de Ciências Sociais*, volume 63, outubro 2002, 237-280. Disponível em <
https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF> Acesso 10 fev 2024.

(Recebido em julho de 2023; aceito em julho de 2023)